

DISTRIBUIÇÃO HORIZONTAL DE RENDA E INCLUSÃO VIA MERCADO: OS LIMITES ESTRUTURAIS DO COMBATE À POBREZA NO NEODESENVOLVIMENTISMO

HORIZONTAL DISTRIBUTION OF INCOME AND INCLUSION THROUGH THE MARKET: THE STRUCTURAL LIMITS OF THE FIGHT AGAINST POVERTY IN NEO-DEVELOPMENTALISM

Fabricio Fontes de ANDRADE*

Resumo: O artigo pretende estabelecer o debate sobre os resultados de combate a pobreza no Brasil nos anos de governos do Partido dos Trabalhadores. A experiência de combate a pobreza neste período vem associada ao que denominou chamar de neodesenvolvimentismo, que aliaria uma estratégia econômica pós neoliberal com crescimento e distribuição de renda. A análise empreendida neste artigo demonstrou que os resultados neodesenvolvimentistas combinaram distribuição horizontal de renda, com diminuição da pobreza absoluta e manutenção de níveis de desigualdade alarmantes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo. Pobreza. Desigualdade. Política Social.

Abstract: The article aims to establish the debate on the results of the fight against poverty in Brazil in the years of Labor Party governments. The experience of fighting poverty in this period is associated with what he called neo-developmentalism, which would combine a post neoliberal economic strategy with growth and income distribution. The analysis undertaken in this paper demonstrated that neo-developmental results combined horizontal income distribution with a reduction in absolute poverty and the maintenance of alarming levels of inequality in Brazilian society.

Keywords: Neodevelopmentism. Poverty. Inequality. Social Policy.

Submetido em 16/08/2019.

Aceito em 28/03/2020.

*Assistente Social. Doutor em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ. Professor adjunto II do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Centro de Artes Humanidades e Letras - Rua Ana Nery, 25, Centro - Cachoeira-BA - CEP 44300-000. E-mail: <fabriciof8@yahoo.com.br>.

Introdução

Desde o início da primeira década dos anos 2000 ganha repercussão política na América Latina a estratégia revisionista do neoliberalismo denominada Social-liberalismo. Esta estratégia seria em tese um matiz humanizado dos preceitos neoliberais antes vigentes no Consenso de Washington, em que o Estado agora seria responsável em parceria com entes privados de desenvolvimento econômico com objetivo de garantir equidade social.

No Brasil, especificamente, diante do fracasso social das medidas de ajuste estrutural na década de 1990, o projeto social liberal se articula, dentro do conjunto de forças sociais nacionais se autointitulando como um novo projeto de desenvolvimento nacional que superaria o neoliberalismo, identificado como novo desenvolvimentismo¹.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da estratégia de enfrentamento da pobreza no Brasil, que se articula ao propalado “projeto de desenvolvimento” denominado de novo desenvolvimentismo. Tal estratégia se coloca discursivamente como contraposição ao neoliberalismo hegemônico desde a década de 1990 no país, e afirma se articular em bases contrapostas a este, garantindo a configuração de um círculo virtuoso entre desenvolvimento e equidade social. No entanto, uma análise mais aprofundada da dinâmica deste projeto novo desenvolvimentista demonstra a sua contradição essencial entre o conteúdo discursivo anti neoliberal e sua prática de política econômica e social extremamente alinhada ao receituário da visão neoliberal revisitada.

Do mesmo modo, a segunda parte do artigo é dedicada a sistematização e exposição dos dados existentes sobre redução da desigualdade e pobreza no Brasil sob a vigência de governos autodenominados novo desenvolvimentistas. Em um terceiro momento busca-se analisar os dados coletados em relação aos resultados da estratégia de desenvolvimento novo desenvolvimentista, que serão analisados em suas contradições como forma crítica, afim de se estabelecer conclusões no que concerne ao combate à pobreza.

1. O neodesenvolvimentismo e a Política Social Brasileira recente

Diante do desastre social resultante da implementação ortodoxa das medidas neoliberais de ajuste estrutural (SOARES 2000), emergem na condução dos governos centrais latino americanos, forças políticas críticas a tal projeto, sinalizando serem portadores de um projeto de desenvolvimento que em seu conteúdo discursivo possuía a proeminência de ser defensor de uma agenda Pós-neoliberal.

Neste sentido, no final dos anos 1990 e nos anos iniciais da década de 2000, sob a influência do malogro das intervenções baseadas na restrição da ação do Estado e ascensão do mercado como regulador onipresente das relações sociais, gesta-se uma agenda de políticas recomendadas por organismos

¹ Estamos utilizando os termos novo desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo de maneira indiferenciada em relação ao seu sentido, portanto, para estas duas nomenclaturas estamos designando o mesmo conteúdo e processo.

internacionais qualificadas como social-liberalismo com forte presença no contexto latino Americano. De acordo com Castelo (2013) o social liberalismo surge nos países capitalistas centrais em respostas a crises do capital em países da periferia (México, Argentina, etc) que buscava “dotar o neoliberalismo de uma agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento e à “globalização” para reduzir as tensões sociais e políticas”. (CASTELO, 2013, p. 121).

Por sua vez, a partir do segundo governo petista, com implementação de medidas para conter a crise do capital em 2008, consolida-se uma agenda que se diferencia do proposto pelo social liberalismo. A flexibilização de alguns pontos dos pressupostos neoliberais como taxas de juros e superávits primários menos consolidados levou a alguns autores e vaticinar que se instala a partir de então um novo desenvolvimentismo, que garantiria crescimento econômico e inclusão de parcelas da população ao círculo de consumo.

Tais processos caracterizariam para os seus ideólogos a configuração de uma nova formação de um bloco no poder afigurando uma nova hegemonia², que em tese romperia com os preceitos neoliberais. Nesta direção emerge a entrada dos governos liderados pelo Partido dos trabalhadores sob a liderança de Lula a partir do ano de 2003.

Forjar-se-ia, portanto, nos governos do PT um novo bloco no poder, ou seja, a formação de uma articulação, não necessariamente em forma de aliança deliberada, de frações de classes definindo a forma do Estado. Neste sentido seria o bloco no poder,

uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista. Sendo assim, o conceito de bloco no poder está arrolado ao nível político na medida em que recobre o campo das práticas políticas de classe, refletindo o conjunto das instâncias, das mediações e dos níveis da luta de classes numa determinada conjuntura histórica de uma formação social. (PINTO & BALANCO, 2014, p. 46)

Este bloco seria formado pelo que Boito Jr denomina frente desenvolvimentista, formada pela burguesia interna de viés predominantemente capitalista nacional, o operariado urbano e a baixa classe média, os setores do campesinato, massas pauperizadas e de demandas específicas. Logicamente este bloco é marcado por fortes contradições internas, seja entre frações capitalistas na política de juros e acordos comerciais, como entre trabalhadores e capitalistas em setores de legislação social e direcionamento dos gastos e do fundo público.

Os defensores desta perspectiva sustentam a necessidade de se estabelecer a ação do Estado através de políticas sociais com vistas à inclusão social e consequente melhoria das condições sociais deletérias resultantes do Consenso de Washington. Estaria assim, se formando um consenso nacional de

² O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2002, vol 5, p. 62).

direcionamentos para políticas sociais no sentido de se vincular uma pauta social em contraposição ao neoliberalismo e seu receituário.

Desta maneira a delimitação do novo desenvolvimentismo buscava teoricamente alcançar

um novo patamar de acumulação de capital que permita, ao mesmo tempo, redistribuir renda, ampliar o mercado de consumo e instaurar suportes sociais mínimos de existência para a classe trabalhadora pobre, aumentando o gasto social do Estado nos limites do orçamento público, comprometido com o pagamento da dívida pública. (ALVES, 2014, p. 136).

O argumento lógico encadeado pelo novo desenvolvimentismo então se afirma primordialmente pelo pressuposto de que a articulação de um crescimento econômico mediado e controlado pelo Estado, e os aspectos virtuosos desencadeados por este crescimento dinamizariam em última instância um processo sustentado de desenvolvimento social. Assim, tem-se elementos de ruptura e continuidade com o arcabouço de medidas neoliberais em que ao mesmo tempo rompe-se com elementos mais ortodoxos como privatização, ataque mais imediato a políticas sociais e intervenção do Estado e se mantem alinhados a elementos defendidos no consenso de Washington tais como equilíbrio fiscal, taxa de cambio competitiva, e pagamentos significativos a detentores da dívida pública.

No entanto, se inicialmente as teses novo desenvolvimentistas no Brasil se contrapõem ao consenso de Washington, sua aparente contraposição se torna mistificada pelo seu alinhamento mais afinado com a dinâmica das chamadas políticas de segunda geração do neoliberalismo.

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JR, 2012, p. 679)

Assim, o neodesenvolvimentismo busca se localizar teoricamente entre a perspectiva neoliberal com sua política restritiva e seus efeitos perversos à vida social, e o desenvolvimentismo hegemônico em meados do século XX, caracterizado como complacente com a inflação e marcado por um forte populismo.

Na análise de Castelo (2009), trata-se de uma tentativa de dinamizar a economia combinando-a com certo padrão redistributivo, que indicaria a configuração de uma forma de intervenção do Estado nas manifestações da “questão social” que visa garantir algum grau de segurança frente à dinâmica instável da economia capitalista.

Trata-se, portanto, de uma intervenção que busca conjugar medidas fiscais e monetárias aliadas a investimentos produtivos e garantia de segurança jurídica para a validade dos negócios e contratos privados. Do mesmo modo, através do Estado deveria se buscar a redução paulatina de juros e superávit primários para se garantir a demanda agregada em épocas de crise de crescimento econômico. Neste ponto, destaca-

se a perspectiva fundada na idéia de que

A função do Estado, no entendimento dos novo-desenvolvimentistas, é atuar no incentivo ao direcionamento dos ativos financeiros privados, retidos pelos investidores em momentos de turbulência econômica, política e social, para o investimento produtivo, a principal despesa capitalista criadora de renda e emprego para a população em geral. (CASTELO, 2009, p. 76)

Neste sentido é importante demarcar as significativas diferenças entre a proposta neodesenvolvimentista, - ligada a um padrão de acumulação flexível com dominância da financeirização – e o projeto do nacional desenvolvimentismo que se sustenta em um padrão de acumulação ligada a esfera da produção industrial e comercial como eixo central de crescimento econômico dos países latino-americanos.

Tendo apresentado um panorama mais geral do quadro que possibilitou a entrada do neodesenvolvimentismo na cena político-econômica nacional, reconhece-se, não ser menos importante destacar que, diante da heterogeneidade de seus intelectuais e frações que compõem o chamado bloco neodesenvolvimentista, vislumbra-se que este apresente variações em seu interior que não são desprezíveis em relação as posições macroeconômicas e determinações concernentes ao conteúdo e abrangência das políticas sociais a serem empreendidas no país.

2. Apresentando a Intervenção neodesenvolvimentista na pobreza a partir de seus ideólogos

É objetivo deste tópico apresentar de maneira mais direta os resultados apurados por agências oficiais e por pesquisadores da redução da pobreza sob o predomínio da estratégia novo desenvolvimentista no Brasil.

Neste sentido, apesar do fato do novo desenvolvimentismo não ser um bloco homogêneo de pensadores, optamos por expor as premissas de investimento e de redução da pobreza contidas nos pressupostos mais gerais dos teóricos do novo desenvolvimentistas e suas experiências concretas na realidade brasileira que marcaram as políticas sociais nos últimos anos.

Em relação aos elementos principais na configuração da estratégia do novo desenvolvimentismo destaca-se que quanto ao papel do Estado na estratégia de redução da pobreza, desigualdade e geração de renda, Pochmann (2011) sustenta que esta estratégia estaria fundada em três pilares para a ação do Estado: a) Elevação de investimento em infraestrutura; b) recomposição dos ganhos do salário-mínimo e do contingente do funcionalismo público; c) criação de empresas públicas.

Para o autor a estratégia do novo desenvolvimentista articulou um conjunto de ações que buscaram aumentar as rendas nacionais através de recuperação do salário-mínimo, transferências de rendimento monetário direcionadas ao segmento populacional da base da pirâmide social e a expansão do crédito com endividamento das famílias como consequência mais deletéria da expansão do crédito.

Do mesmo modo, no entendimento de Pochmann (2011), a dinâmica econômica brasileira apresentaria se empreendidas medidas no sentido do fortalecimento do mercado interno, a novidade de localização preponderante ocupada pelo gasto social na composição da renda nacional, fato que seria diverso de outras fases da economia nacional, em que os gastos sociais teriam se conservado residuais no orçamento.

Desta forma, de acordo com Pochmann (2011), esta novidade da estratégia do novo desenvolvimentismo poderia ser notada nos resultados recentes de queda da desigualdade social e de pobreza absoluta e extrema na sociedade brasileira e a relevância econômica que as transferências de renda direta têm ocupado nos orçamentos familiares, sobretudo os mais pobres e aqueles situados fora dos centros mais dinâmicos da economia nacional, destacando-se as populações do nordeste e norte do país.

Porém, apesar desta nova realidade econômica da estratégia do novo desenvolvimentismo apontada pelo autor em suas análises, ele assevera que estas mudanças não estariam de todo modo assimiladas completamente, uma vez que ainda é presente de maneira significativa na realidade brasileira, “a perspectiva liberal-conservadora que considera o gasto social secundário, quase sempre associado ao paternalismo de governantes e, por isso, passível de corte”. (POCHMANN, 2011, p. 13)

Em sua análise sobre o progresso social sob o governo de viés novo desenvolvimentista, Pochmann (2011) aponta três elementos corroboraram a esta nova dinâmica oriunda do modelo autoproclamado de novo desenvolvimentista. Primeiramente, o autor aponta a recuperação do poder de compra do salário mínimo com valorização real de 53% nos governos do Partido dos Trabalhadores, que personificariam a gestão estatal sob esta inspiração.

Um segundo momento destacado por Pochmann (2011) se caracteriza pela transferência direta de rendimento aos comprovadamente pobres, com destaque para os programas assistenciais Bolsa família e Benefício de Prestação Continuada. Neste sentido, destaca-se a prevalência destas transferências de renda na dinâmica da proteção social, em que, o Benefício de Prestação Continuada passou de 1,7 milhões de benefícios em 2003 para pouco mais de 4 milhões de benefícios em 2014. O Programa Bolsa família por sua vez passou de 6.571.839 (seis milhões, quinhentos e setenta e um mil, e oitocentos e trinta e nove) benefícios pagos em 2003, com valor repassado de R\$ 3.791.785.038,00 (Três Bilhões, setecentos e noventa e um milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e trinta e oito reais) para 13.417.699 (treze milhões quatrocentos e dezessete mil e seiscentos e noventa e nove) benefícios pagos no ano de 2014 e o valor repassado de R\$ 21.672.315.884,00 (vinte e um bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, trezentos e quinze mil, e oitocentos e oitenta e quatro reais).

O terceiro momento se deu via expansão do crédito a pessoas físicas garantindo sua inserção significativa no círculo de consumo. Neste ponto, de acordo com dados constantes em Mora (2015) a partir de análise sobre crédito no Brasil, destaca-se que os empréstimos à pessoa física passaram de 9,67% do PIB para 20,64 % no período entre dezembro de 2003 e dezembro de 2010, portanto, durante o período do governo Lula o empréstimo para pessoas físicas mais do que dobrou em relação ao valor total do PIB.

Dentre estes pontos o autor destaca a aposta nos mecanismos de transferência de renda como pilar

de sustentação das estratégias neodesenvolvimentistas para garantia do crescimento econômico com inclusão social

O Estado brasileiro assumiu um papel estratégico no adensamento da matriz de garantia de renda no país. Os programas de transferência de renda às famílias – Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Previdência Rural – foram cruciais na promoção de um ciclo de crescimento econômico sustentado, baseado no fortalecimento do mercado interno, promovendo a melhoria das condições de vida dos segmentos mais pobres da sociedade brasileira (POCHMANN, 2011, p. 9).

Desta forma as políticas de transferência de renda em crescimento, aliadas a valorização do salário mínimo, somadas com a criação de 20 milhões de empregos formais e os mecanismos de expansão do crédito que dobrou no período 2003-2010 proporcionaram substancial mudança de condições imediatas de vida e oportunidades para conjunto significativo da classe trabalhadora, conforme aponta Pochmann (2012)

Corroborando as análises da virtualidade das estratégias do novo desenvolvimentismo dos governos petistas, Barbosa (2013) considera que após uma primeira fase de governo com políticas restritivas, a agenda de desenvolvimento do governo, sobretudo após 2006, ganha linhas de uma política econômica expansionista. Para este autor a política de valorização do salário mínimo em longo prazo e o aumento do consumo interno refletiu esta expansão adotada nas áreas fiscal, monetária e de crédito.

Em outro trabalho, Pochmann (2013) defende alguns pressupostos da adoção de uma agenda denominada pelos social desenvolvimentistas de pós neoliberal no Brasil, e que esta seria marcada pelo abandono na crença do automatismo da estabilidade monetária para garantia do crescimento, forte inversão em políticas sociais, uma maior autonomia da política econômica nacional e o reposicionamento geopolítico do Brasil. Como resultado destes processos o autor demarca que

Simultaneamente, **a pobreza caiu mais de 30%** desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar a permitir a ascensão social para milhões de brasileiros, após mais de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais, de renda e de ocupação. início da transição da macroeconomia da financeirização da riqueza para a macroeconomia do produtivismo, das obras de infraestrutura e de ampliação da produção nacional em consonância com a **elevação do consumo**, sobretudo dos segmentos de menor renda, sem efeitos inflacionários. (154- 155, grifos meus)

Desta forma, visualiza-se ao analisarmos os dados dispostos na tabela 04 a seguir, o panorama de uma importante redução em termos numéricos da extrema pobreza no Brasil sob o ponto de vista da renda.

Especificamente, o resultado de indicadores relacionados à pobreza e desigualdade no Brasil nos últimos anos, visualiza-se a redução da extrema pobreza, em que, de acordo com dados oficiais contidos em Brasil (2013), a redução dos índices de extrema pobreza tem consistentemente se sustentado nos últimos 10 anos, sendo sua redução total de aproximadamente 63 pontos percentuais no número de pessoas em situação de pobreza no Brasil, fato que corrobora as sustentações iniciais apontadas pelo autor em citação acima.

Tabela 1 Indicadores de Pobreza no Brasil 2001-2011

| ANO | População em situação pobreza (%) | Índice GINI |
|--------------------------|--|--------------------|
| 2002 | 27,1 | 0,587 |
| 2003 | 28,2 | 0,583 |
| 2004 | 26,380 | 0,572 |
| 2005 | 23,580 | 0,569 |
| 2006 | 20,330 | 0,562 |
| 2007 | 19,400 | 0,555 |
| 2008 | 17,160 | 0,546 |
| 2009 | 16,340 | 0,542 |
| 2010 | ND | ND |
| 2011 | 14,080 | 0,531 |
| 2012 | 12,290 | 0,529 |
| 2013 | 11,670 | 0,527 |
| 2014 | 9,970 | 0,517 |
| Varição 2002-2014 | -63,8% | -11,9% |

Fonte: IPEADATA

Outra maneira de abordar a efetividade das medidas do neodesenvolvimentismo quanto a sua efetiva atuação na diminuição da pobreza e consolidação de um projeto de desenvolvimento é analisar em que medida os recursos estão sendo direcionados dos mais ricos para os mais pobres da sociedade. Ou seja, como esta distribuição tem alterado a estrutura social brasileira no sentido de reduzir a distância entre a base e o topo da pirâmide sob a dinâmica de renda

Para efeito de mensuração da efetividade das políticas sociais em reduzir desigualdade, Salama (1999) citado por Montano (2012) comparou o nível de desigualdade medido pelo índice de Gini antes e depois de implementação de medidas de redistribuição no Brasil e na França, tendo uma redução de 0,42 para 0,31 na França (27% de redução, com influência direta de 50% na redução por conta de políticas sociais), e no Brasil antes da política social 0,587 a depois 0,517 (redução de 11,9%)

Por sua vez, os dados levantados em Brasil (2013) demonstram uma redução de pouco mais de 10 pontos percentuais no nível de desigualdade medido via índice Gini. Nota-se que, de acordo com os dados levantados em relação ao Brasil, dispostos na tabela 1, a cada ponto percentual de redução de pessoas na pobreza, desdobram-se somente, - embora seja importante – em 0,16 ponto percentual de diminuição de desigualdade. Tais dados confirmam, portanto, o caráter pouco efetivo de políticas focalizadas, seletivas e residuais no enfrentamento da desigualdade social em relação a estratos mais altos de renda vis a vis os segmentos localizados nas parcelas de mais baixo rendimento, uma vez que estas passam ao largo dos processos determinantes da desigualdade social.

Neste sentido, assiste-se a um processo de redução da pobreza absoluta e uma pouca redução da pobreza relativa, que acarreta contraditoriamente a melhoria imediata de condições básicas de reprodução

social, com a diminuição comparativa da parte apropriada pelos trabalhadores em relação ao que é produzido socialmente.

No entanto, ao reforçar a pertinência das transferências de renda e ao defender os efeitos positivos de uma eficiência de mecanismos de focalização para a melhoria das condições de vida, Rocha (2013) aponta que “Isso se deve à boa focalização dos benefícios assistenciais pagos na base da distribuição de rendimentos (pobreza absoluta) e ao fato de que as transferências feitas afetam uma medida de desigualdade que cobre o espectro completo dos rendimentos das famílias” (p. 159).

Neste sentido, a aposta unívoca em mecanismos de transferência condicionada de renda via mecanismos de seleção de renda parece ser estratégico para a perspectiva do novo desenvolvimentismo, que identifica falhas não no mecanismo em si mesmo, mas na incapacidade de se operar uma verdadeira focalização que fosse capaz de identificar de forma cabal os pobres dentre os mais pobres.

Embora a redução da pobreza seja muito destacada como resultado e objetivo da estratégia do novo desenvolvimentismo, ao comparar os dados nacionais com dados de redução da pobreza em caráter regional, não se obtêm elementos para afirmar que o Brasil seja uma excepcionalidade no que tange a redução da pobreza absoluta em nível regional.

Do mesmo modo, podemos afirmar que apesar da dinâmica da redução da desigualdade ser menor do que a redução da pobreza com viés de renda no âmbito nacional, quando analisamos mesmo a diminuição da pobreza, esta diminuição ainda se posiciona em menor nível do que em países da região da América latina e Caribe, que em certa medida adotaram medidas semelhantes de enfrentamento da pobreza com a prevalência dos programas de transferência direta de renda com condicionalidade.

A tabela 2 compara a distribuição de rendimentos entre os estratos populacionais organizados por renda aferida em cada país da região latino americana, medindo a proporção resultante da divisão da renda dos 20% mais ricos pela renda média do 20% mais pobres, que busca medir a distancia de rendimentos entre polos opostos escala de renda de um país.

A análise dos dados da tabela 2 aponta uma tendência de redução da proporção acumulada pelos 20% mais ricos nos países selecionados, porém em valores discretos em todos os países, sendo que o Brasil estaria ocupando a terceira posição em *redução da proporção* entre o primeiro e último quintil de renda per capita.

Porém, ainda assim, ocupando a segunda posição na magnitude da proporção entre as rendas dos mais ricos e os mais pobres se comparamos os países da região. Esta dinâmica de persistência da desigualdade na sociedade brasileira desafia medidas reformistas que entendem poder controlar os níveis de desigualdade e a tendência do capitalismo em gerar, como contra face do desenvolvimento capitalista pobreza generalizada.

Por sua vez, os dados apresentados por Ipea (2012) sustentam ser, a primeira década dos anos 2000, na visão deste instituto a “década da igualdade”. Os autores vinculados ao instituto que subscreve o documento sustentam ainda, que o crescimento brasileiro experimentado na década inicial do século XXI

foi extremamente direcionado aos estratos mais pobres no quesito de renda.

Neste sentido, para qualificar a tendência do crescimento, os autores medem a diferença de crescimento geral da economia em relação ao crescimento dos 10% mais pobres, sendo a taxa de crescimento pró-pobre de 3,34% durante o período 2001-2005. Porém, apesar de o crescimento médio dos setores mais pobres ser maior do que os dos estratos mais ricos da população, a distância absoluta entre os setores de maior renda para os de menores renda aumentou durante o período de 2003 a 2014.

Tabela 1 América Latina (painel) – razão da renda média per capita dos domicílios do quintil 5 (20% mais ricos)/quintil 1 (20% mais pobres): 2001-2009.

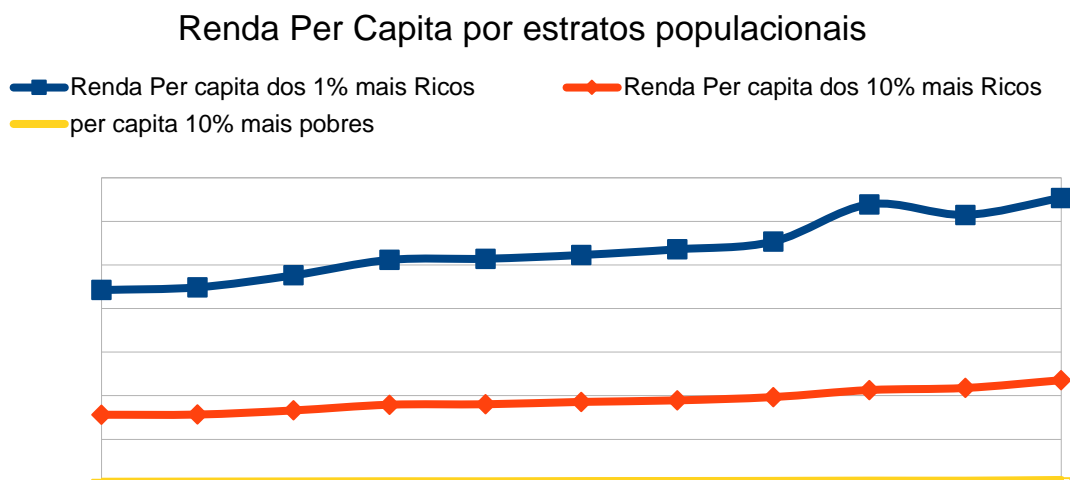
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | Média | Varição media |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|---------------|
| Argentina | 17,8 | 19,2 | 20,6 | 18,4 | 16,5 | 16,2 | 15,5 | 15,9 | 16,2 | 16,6 | 17,3 | -0,14 |
| Bolívia | 46,7 | 45,4 | 44,2 | 33 | 24,7 | 26,8 | 29,0 | 31,5 | | | 35,2 | -2,17 |
| Brasil | 36,2 | 36,9 | 34,4 | 31,7 | 29,4 | 28,8 | 27,2 | 26,0 | 26,2 | 23,9 | 30,1 | -1,37 |
| Chile | 19,5 | 19,1 | 18,8 | 18,4 | 17,5 | 16,6 | 15,7 | 15,8 | 15,8 | 15,9 | 17,3 | -0,40 |
| Colômbia | 27,8 | 30,3 | 32,9 | 27,3 | 28 | 26,9 | 28,7 | 30,6 | 32,7 | 28 | 29,3 | 0,02 |
| Equador | 17,9 | 17,3 | 16,8 | 16,1 | 15,4 | 16,7 | 15,5 | 15,9 | 13,2 | 14,3 | 15,9 | -0,40 |
| Honduras | 26,4 | 26,4 | 26,3 | 28,2 | 31,9 | 36,1 | 40,9 | 32,5 | --- | ---- | 31,1 | 0,87 |
| México | 16,9 | 16,2 | 15,5 | 15,7 | 16 | 17 | 14,8 | 15,4 | 16 | --- | 15,9 | -0,12 |
| Paraguai | 24 | 25,7 | 23,7 | 21,8 | 20,1 | 18,2 | 18,6 | 19,1 | 18,4 | 18,3 | 20,8 | -0,64 |
| Peru | 20,4 | 19,3 | 17,7 | 16,3 | 16,3 | 16,4 | 16,4 | 16,5 | 14,4 | 13,7 | 16,7 | -0,75 |
| Uruguai | 9,7 | 10 | 10,2 | 10,4 | 10,6 | 10 | 10,1 | 10,3 | 9,6 | 9,1 | 10 | -0,07 |
| Venezuela | 18 | 18,1 | 18,1 | 16,4 | 14,9 | 17,9 | 12,2 | 10,6 | 9,7 | --- | 15,1 | -2,00 |
| Média | 23,5 | 24,3 | 23,3 | 21,1 | 20,1 | 20,6 | 20,4 | 20,0 | 17,2 | 17,5 | 20,8 | -0,6 |
| Mediana | 23,5 | 19,3 | 19,7 | 18,4 | 17,0 | 17,5 | 16,1 | 16,2 | 15,9 | 16,3 | 18,0 | -0,4 |

FONTE: GONÇALVES (2012, p.18)

Na análise destes dados, destaca-se ainda a proporção entre as rendas dos 1% mais pobres e do 1% mais ricos que embora tenha diminuído de 170 vezes para 98 vezes entre 2003 e 2014, uma proporção abismal de apropriação da renda, mesmo com considerável redução dos dados de concentração de renda, medidos pela PNAD, que tem a virtualidade de conseguir medir com mais aproximação a renda dos mais pobres, porém, uma capacidade menor de medir a renda dos estratos mais altos de renda.

Especificamente, de acordo com os dados dispostos no gráfico 01, a renda *per capita* do 1% mais rico da população passou de 8.848,00 reais para R\$ 13.075,00 reais, enquanto a renda do 1% mais pobre aumentou de R\$ 51,84 reais para 133,12 reais. Portanto, em 2003 tínhamos um diferença absoluta de R\$ 8.796,16 entre os valores de renda per capita do 1% mais ricos e 1% mais pobres do Brasil, por sua vez em 2014 este valor absoluto passou para R\$ 12491,88.

Gráfico 1 – Evolução da Renda Per capita média por estratos populacionais



Fonte: IPEADATA (elaboração própria)

Porém, além do montante gasto de maneira nominal em políticas sociais, outro elemento importante na análise dos gastos sociais é a opção de investimentos sociais, a quem atende, qual sua extensão. Dito isto, quando, dispomos comparativamente estes investimentos sob estes critérios visualizamos uma expansão mais acelerada da alocação orçamentária na função assistência social, e dentro desta, os mecanismos de transferência de renda focalizada com condicionalidades colocando dentro desta em posição secundária os serviços socioassistenciais não monetarizados.

Nota-se, corroborando a este argumento, o aumento significativo no número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa família no período analisado, bem como o aumento do número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. Outra tendência de explicação aponta a redução da desigualdade como resultado da recuperação do valor do salário mínimo, que durante o período analisado recuperou 50% de seu valor descontado a inflação oficial medida no período, segundo dados de Barbosa (2013) Neste sentido, destaca-se que, para análise dos neodesenvolvimentistas,

O aumento real do salário mínimo garantiu que famílias com pessoas que o recebem como renda do trabalho, da previdência ou assistência social ficassem entre as pobres ou entre as vulneráveis, fazendo cair a participação das fontes de renda de valor igual ou superior ao mínimo para a média dos extremamente pobres. (Ipea, 2011, p. 05)

Nota-se que a política de recuperação do valor do salário mínimo é destacada por Sabóia (2006) como um fator importante de redução da pobreza e da desigualdade³, sobretudo em relação ao sistema de

³ Sobre este processo de mensuração do salário mínimo como mecanismo de redução da desigualdade aponta-se que “Em se tratando dos rendimentos do trabalho, um crescimento de 50% no SM resultaria numa redução, de 0,564 para 0,552, do índice de Gini do rendimento familiar per capita . No caso das pensões e das aposentadorias oficiais, tal redução seria de 0,564 para 0,556. O efeito simultâneo das duas fontes de rendimento reduziria o índice de Gini para 0,543. Portanto, um aumento de 50% no SM produziria um efeito combinado capaz de reduzir o índice de Gini em menos de 4%” (SABOIA, 2007, p.494).

pensões e benefícios pagos pela previdência social. Do mesmo modo em relação a queda de desigualdade e a variação do salário mínimo em recente trabalho, “foi mostrado que o salário mínimo explicaria cerca da metade da queda do índice de Gini da distribuição do rendimento familiar per capita entre 2004 e 2013. Por outro lado, mostrou também que o mercado de trabalho e as transferências são igualmente responsáveis pela melhoria da distribuição de renda”(SABOIA & NETO, 2016, p.25).

Do mesmo modo, como medida impulsionadora do mecanismo de redução da pobreza presente na política de recuperação do valor do salário mínimo, os neodesenvolvimentistas apontam o fato do crescimento do nível de emprego formal como a sinalização de uma nova etapa de desenvolvimento com proeminência de investimentos produtivos, cuja consequência seria a alteração da dinâmica e magnitude da pobreza no país durante os governos do PT.

3. Uma análise crítica da estratégia novo desenvolvimentista de combate à pobreza

Apesar dos ideólogos de uma nova agenda desenvolvimento afirmarem que esta agenda seria consolidada como um modelo alternativo de desenvolvimento aos parâmetros neoliberais, as ações do período apontam alinhamento importante as teses neoliberais de superação da pobreza.

Do mesmo modo, é importante asseverar que, embora possamos afirmar que a estratégia neodesenvolvimentista dos governos petistas se mantenha alinhada a um reposicionamento do pensamento neoliberal operado desde os anos 2000, não se podem negligenciar as significativas diferenciações entre os governos Lula e Dilma, e os governos FHC, e mais recentemente da agenda destrutiva do golpe institucional operada no governo Temer.

As diferenças são importantes no que diz respeito à unificação e ampliação de políticas sociais, mecanismos de valorização do salário mínimo, recomposição da mão de obra estatal, acesso de segmentos sociais a oportunidades sociais e crédito. Ainda assim, estes avanços são postos em forte contradição com elementos de continuidade de medidas neoliberais, como pagamento de vultosos superávits primários, reformas de sistema previdenciário, e proeminência de medidas focalizadas de proteção social em detrimento de medidas de ampliação e universalização de direitos sociais.

Neste sentido, a estratégia neodesenvolvimentista parece estar longe de consolidar um padrão desenvolvimentista nos moldes de meados do século XX, devido ao padrão de restrição monetária e ajuste fiscal adotados, ou mesmo devido a prioridade dada à exportação de produtos primários e a iniquidade em reverter padrões de concentração desigual de renda.

Desta forma, apesar de indicar discursivamente o contrário em seus postulados, a agenda novo desenvolvimentista proposta se concentra parcamente a criar mecanismos de subsídio estatal a setores empresariais nacionais competitivos com o objetivo de limitar as consequências da adoção do livre comércio exacerbado.

Ressalva-se que talvez estejam fora desta dinâmica alguns elementos levados a cabo pela gestão

macroeconômica do governo Dilma que divergiu dos parâmetros neoliberais ao reduzir os juros ao menor nível histórico a 7,5%, a administração de preços de serviços públicos e gasolina e desvalorização da moeda.

Em relação a este caráter aparentemente anticíclico demonstrado no governo Dilma, nota-se que seus desdobramentos demonstram a impossibilidade de conjugar o aprofundamento de medidas expansionistas e o caráter financista da economia brasileira. Neste ponto em especial, chama a atenção, do ponto de vista prospectivo, uma análise quase que premonitória feita por Oreiro (2012), em que este afirma que

Do ponto de vista político, a classe capitalista irá reagir fortemente à queda continuada da taxa de lucro, aumentando a instabilidade política prevalecente na economia. Nessas condições, a continuidade de um regime de crescimento do tipo *wage-led* pode ser interrompida por eventos exógenos (por exemplo, golpes de Estado) originados da esfera política da sociedade. (OREIRO, 2012, p. 32)

O enfrentamento das medidas restritivas elaboradas desde o início do segundo mandato da Presidenta Dilma tiveram efeitos bastante limitados frente à tendência de conflitos entre a perspectiva de aumento de gastos e da importância estatal no desenvolvimento. Este processo adquire importância especial tendo em vista a necessidade do capital em aumentar ganhos advindos das finanças, uma vez que as medidas levadas a frente desde a escolha de Joaquim Levy para o ministério da fazenda amplia a hegemonia dos segmentos rentistas na pauta governamental desde então.

Não obstante, a adoção de uma linha operacional de pobreza extremamente restritiva, além de contraditoriamente reduzir a extrema pobreza à questão da renda monetária, descontextualiza dinâmica da pobreza em sua relação com o padrão de riqueza produzido socialmente no país.

Neste ponto, é importante frisar ainda que a maioria dos dados disponíveis e utilizados para compor análises sobre a distribuição de renda no Brasil são provenientes de levantamentos domiciliares e censitários, que acabam subestimando a mensuração das rendas nos estratos mais altos nos níveis de renda, seja por omissão dos respondentes ou dificuldades em indicar o rendimento com exatidão. Neste sentido, com o objetivo de mitigar estas dificuldades de mensuração de renda nos estratos mais altos, autores como Medeiros, Souza e Castro (2015) propõem a análise da desigualdade a partir de fontes tributárias declaradas à Receita Federal. Tais metodologias ganharam relevo a partir do trabalho de Pikety (2013) que utiliza esta metodologia para mensurar a desigualdade em diversos de seus trabalhos mais destacados.

Uma das mais destacadas críticas à utilização de dados oriundos da RFB é quanto a sua pequena base de comparação pelo fato de menos de 20% da população declarar imposto de renda. Uma alternativa é utilizar uma mesclagem dos dados do Imposto de Renda com os dados das Pnads.

Por outro lado, apesar das críticas e este expediente de mensuração da desigualdade, autores como Medeiros, Souza e Castro (2015) defendem que a utilização dos dados provenientes da IRPF⁴ possibilita

⁴ No entanto, uma das limitações é o universo insuficiente frente a totalidade da população brasileira, bem como a dificuldade de se mensurar rendas pertencentes a pessoas jurídicas, o que acarreta também, algum nível de subestimação das desigualdades quando se utilizam os dados provenientes do IRPF.

acesso, ainda que parcial, a rendas provenientes de aplicações financeiras, ganhos de capital e bens e direitos, que são rendimentos e ativos geralmente subestimados nas pesquisas domiciliares utilizadas nas comparações mais frequentemente realizadas.

Em estudo sobre a desigualdade de renda entre 2006 e 2012, utilizando dados do imposto de Renda os autores Medeiros, Souza e Castro (2015) asseveram que “é provável que a queda da desigualdade nesse período, identificada nas pesquisas domiciliares, não tenha ocorrido ou tenha sido muito inferior ao que é comumente medido”. (p.19)

Em consonância com as afirmações de Medeiros, Souza e Castro (2015), os dados da tabela 03 demonstram o elevado grau de concentração de renda e riqueza nos estratos mais altos dos declarantes de imposto de renda de pessoa física no Brasil no ano calendário de 2014.

Os rendimentos concentrados nos 10% mais ricos que declararam imposto de renda ficam próximos a 40% do total dos rendimentos declarados pelas pessoas no ano calendário de 2014. Não obstante, ao avançarmos sobre os dados dos 0,1% mais ricos que declararam imposto de renda, visualiza-se que este pequeno contingente de declarantes concentram 6% da renda e da riqueza acumulada no universo analisado. Tal fato não é desprezível, haja vista que 0,1% das declarações totalizam 26,7 mil declarações, ou seja, 26 mil pessoas, que concentram 6% da renda declarada à receita federal.

Assim, diante deste limite apontado por estes dados, mesmo defendendo os avanços da estratégia neodesenvolvimentista de combate à pobreza e desigualdade, autores expoentes como Pochmann (2012) destacam o caráter contraditório desta estratégia ao demarcarem o aumento da renda não advinda do trabalho, levando ao uma polarização dos extremos da pirâmide social com conseqüente distanciamento destes.

Sobre a pretensa redução da desigualdade sob a estratégia autoproclamada neodesenvolvimentista, é importante destacar seu caráter aparente e mistificado, pois,

Se do ponto de vista prático estas medidas minimizam e reduzem as condições de pobreza e viabilizam o acesso mercantil a bens e serviços, por outro lado, elas explicitam no plano prático, político e teórico, que não há qualquer indício de redução das desigualdades, se a definirmos sob a ótica das disparidades das rendas do trabalho e dos lucros, juros, renda da terra, aluguéis e outros rendimentos do capital (MOTA, 2012, p. 36-37)

Nestes termos a inclusão via consumo entrega a sensação de integração virtuosa ao sistema capitalista de bens e serviços na condição de cidadão consumidor, porém, nem sempre como trabalhador inscrito no circuito produtivo, a cidadania “regulada” representada na figura da carteira de trabalho vem sendo substituída no imaginário pelo cartão de crédito.

Diante deste quadro estrutural, tem-se a perspectiva de que apesar da queda da pobreza absoluta extrema, não se determina a queda no mesmo sentido da desigualdade de renda entre os estratos sociais, uma vez que esta não tem sido a dinâmica demonstrada pelos dados levantados durante a vigência do

modelo do novo desenvolvimentismo.

Neste sentido, entende-se que esta dinâmica se impõe, sobretudo por que a desigualdade de renda nos estratos superiores da “pirâmide” em relação a base tem se mostrado extremamente resilientes em se reduzir com as estratégias dos novos desenvolvimentistas, uma vez que as fontes destas desigualdades não são fundadas na esfera da distribuição.

Tabela 2 Resumo da distribuição da renda por decil e dos centésimos e milésimos superiores.

| Faixa de renda | Rendimento Tributável Bruto Bilhões R\$ | Rendimento Total Bruto Participação Bilhões R\$ | Bens e Direitos Líquidos** Bilhões R\$ | % Renda Tributável | % Renda Bruta | % Bens e Direitos Líquidos |
|----------------------------|--|--|---|--------------------|---------------|----------------------------|
| Por Decis | | | | | | |
| 1 | 6,4 | 149,3 | 748 | 0,4% | 6% | 12% |
| 2 | 40,6 | 134,0 | 430 | 3% | 5% | 7% |
| 3 | 64,2 | 113,2 | 344 | 4% | 4% | 5% |
| 4 | 73,6 | 110,3 | 329 | 5% | 4% | 5% |
| 5 | 84,6 | 132,3 | 252 | 6% | 5% | 4% |
| 6 | 101,6 | 157,7 | 356 | 7% | 6% | 6% |
| 7 | 124,7 | 194,2 | 332 | 9% | 7% | 5% |
| 8 | 159,2 | 258,4 | 646 | 11% | 10% | 10% |
| 9 | 226,7 | 355,3 | 655 | 16% | 14% | 10% |
| 10 | 549,4 | 1.016,9 | 2.334 | 38% | 39% | 36% |
| Critério de riqueza | | | | | | |
| 5% mais ricos | 377,5 | 743,7 | 1.790 | 26% | 28% | 28% |
| 1% mais ricos | 145,3 | 360,8 | 942 | 10% | 14% | 15% |
| 0,1 % mais ricos | 44,4 | 159,7 | 414 | 3% | 6% | 6% |

Fonte: RFB In (BRASIL, 2016, p.15)

Quanto a este processo de resiliência da desigualdade social no quadro brasileiro, é importante destacar os limites do enfrentamento das desigualdades deste modelo novo desenvolvimentista,

É verdade que não basta uma macroeconomia desenvolvimentista para assegurar seja o crescimento econômico, seja a redução das desigualdades sociais e dos bolsões de exclusão. Sem, no entanto, entrar em choque com os interesses rentistas que há três décadas vêm influenciando a pauta ideológica e prática da política monetária, cambial e fiscal, é difícil fazer uma política econômica subordinada às necessidades prementes de desenvolvimento. (BASTOS, 2012, p. 805)

A afirmação colocada por Bastos (2012) se encontra corroborada quando se analisa a dinâmica de redução da desigualdade na sociedade brasileira no período dos governos com influências do novo desenvolvimentismo. Nota-se que a diminuição da desigualdade foi bastante tímida, sobretudo, se comparada a diminuição da extrema pobreza, que demonstram o caráter estrutural da desigualdade social brasileira, praticamente intocada se enfrentada via unicamente a transferências diretas de renda.

Esta tendência de alocação de recursos preponderantemente em transferências diretas de renda ao cidadão aponta a perspectiva das agências multilaterais que buscam deslocar o sentido público e desmercantillizado das políticas sociais, tornando o cidadão portador de direitos em cidadão consumidor. Mota (1995) Esta estratégia é defendida com vistas a atacar a pretensa crise fiscal dos estados e dotar tais

ações de maior racionalidade e eficiência com proeminência das organizações do chamado 3º setor, cuja lógica “comunicativa” suplantaria a dinâmica instrumental das ações estatais.

Em grande medida, os gastos focalizados e com condicionalidades, buscam tornar os pobres produtivos, inseridos em uma economia de mercado transformados em cidadão consumidor que teria uma maior liberdade de escolha no mercado de compra e venda de produtos. Este processo garantiria a transformação de direitos, em mercadorias a serem vendidas e compradas com estratificação de qualidade de acordo com a capacidade de pagamento.

Tal estratégia garante o duplo movimento⁵ da garantia de conquistas imediatas (muitas vezes frágeis) para as classes trabalhadoras – com inclusão via consumo, expansão de crédito pessoal, ampliação de serviços educacionais de ensino superior e programas de habitação popular – e a manutenção do *mainstream* do processo de financeirização da economia com pagamento de vultosas quantias e detentores de títulos do governo⁶.

Outro elemento importante é o processo de financeirização das camadas populares operada pelas formas de repasses dos programas de transferência de renda que se operacionaliza via instituições bancárias remuneradas para executar o pagamento.

Neste sentido, aponta-se que ocorre concomitantemente a esta execução do pagamento, a inclusão destas famílias no circuito bancário⁷ de empréstimos e serviços, garantindo a inclusão dos segmentos mais pauperizados na lógica financeira. Destacado este processo concorda-se que um dos objetivos específicos destes programas de transferência de renda é

[...] é inserir a força de trabalho no mundo das finanças por meio do provimento de bolsas⁵ e transformar o cidadão de direitos em cidadão-consumidor⁶, fundamental à reprodução da acumulação capitalista [...] ao entrar no circuito da valorização, esses recursos, tanto os oriundos dos repasses feitos pelo Estado quanto os subtraídos dos benefícios por meio da inclusão⁶ bancária – contribuem para o aumento da exploração da força de trabalho, visto que entram no circuito da valorização e da especulação financeira ao compor a grande massa de recursos das instituições bancárias que serão lançadas no mercado financeiro. Ao operarem neste, com a compra e venda de títulos e ações [...] esses recursos estimulam a especulação. O aumento ou a queda desses títulos e ações, ou seja, sua valorização ou desvalorização no mercado financeiro depende da lucratividade das empresas cotadas. Essa lucratividade, por sua vez, depende dentre outros fatores, do grau de exploração da força de trabalho por elas empregadas (SILVA, 2012, p. 234-235).

⁵ Este duplo movimento vinculado a forte arrecadação com exportações garantia a administração mediada entre estes dois elementos conflitantes. Porém, nota-se que a manutenção desta conciliação tem se mostrado cada vez mais tensa, uma vez que “A disputa pelo fundo público foi se tornando assim potencialmente mais acirrada, uma vez que os recursos que remuneram a riqueza financeira vêm da mesma fonte que aqueles necessários para honrar esses compromissos sociais ampliados, qual seja, o monopólio da tributação detido pelo Estado”. (PAULANI, 2017, p. 149)

⁶ Sobre este processo de arranjo institucional do Estado na garantia de remunerar os rentistas com o fundo público, garantido via retirada de recursos a serem inicialmente utilizados no orçamento da Seguridade Social, destaca-se que “O novo desenho institucional assegurou que os ganhos inflacionários dos bancos fossem substituídos por resultados provenientes de aplicações em ativos vinculados à dívida pública. A partir do Plano Real, a composição das receitas institucionais financeiras que anteriormente dependiam dos ganhos com floating foi substituída por operações ativas de tesouraria: aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos de valores mobiliários, ou seja, aplicações em títulos da dívida pública” (SALVADOR, 2010, p. 355).

⁷ E recente entrevista a Jose Trajano, o ex-presidente Lula afirmou ter sido o seu governo o que mais ampliou o acesso a contas bancárias na história do país, levando por volta de 70 milhões de pessoas ao circuito do consumo através dos serviços bancários.

Neste sentido, a relativa “autonomia” das finanças enquanto capital portador de juros, ou capital fictício, - caracterizado como “promessas sobre uma atividade produtiva futura, depois negociados num mercado muito peculiar que determina seu “preço” de acordo com mecanismos e convenções muito especiais” (CHESNAIS, 2002, p.12) - tem como limite a realização dos processos de extração de mais valor engendrados na produção e concretizados no consumo da produção. Porém, os processos exacerbados de extração de mais valia inerentes ao Regime de Acumulação Financeirizado entrega como resultado desemprego em massa e processo de pauperização absoluta da população que interdita a demanda e a realização da produção.

Não obstante, entende-se que a opção por esquemas de enfrentamento da pobreza ligados a prevalência de programas de transferência direta de renda operam uma dupla articulação de inserir os seus beneficiários ao circuito do consumo e financeirização, assim como contribuem para a realização da produção de maneira mais aligeirada afim de se garantir a realização da extração de mais valia paga ao capital fictício na velocidade e com as garantias determinadas pelo padrão de gestão definidos ou tensionados pelos gerentes dos fundos de investimento.

Deste modo, visualizamos na tabela 4 a demonstração de que impactantes cifras orçamentárias são destinadas na verdade a pagamentos de juros de dívidas através do seu refinanciamento em valores muito superiores aos gastos com enfrentamento da pobreza.

Por exemplo, nota-se que nos anos 2003-2011 o valor liquidado na função refinanciamento de juros e rolagem da dívida superou o orçamento da seguridade social no período de 2003 até 2007, sofrendo leves inflexões no período 2008-2010 e retornando tal dinâmica a partir do ano de 2011.

Do mesmo modo, nota-se que especificamente após o ano de 2010 a trajetória de restrição fiscal parece retornar para a primazia da hipertrofia orçamentária para o pagamento de juros de dívida e garantia de reprodução ampliada do capital. Ao computarmos o período analisado, os valores empenhados no pagamento de juros e dívidas superou o orçamento da seguridade social em mais de R\$ 604,5 Bilhões de Reais a preços correntes.

Os dados constantes da tabela 4 nos mostram ainda, que a função Assistência Social cresceu notavelmente no período analisado, no qual verificou-se o crescimento de aproximadamente 535% entre os anos de 2003 e 2011 e as áreas de saúde e previdência cresceram respectivamente 230% e 246% ambos os três valores a preços correntes.

Ainda assim, nota-se um valor substancialmente menor ao se analisar o período 2003-2011, para a função Assistência Social em detrimento das funções orçamentárias de saúde e principalmente previdência social, e, sobretudo se comparamos aos valores empreendidos na remuneração e refinanciamento da dívida da união.

Tabela 3 Gastos por função orçamentária refinanciamento de dívidas e seguridade social 2003-2011 (em bilhões de Reais a preços correntes)

| Ano | Refinanciamento de dívidas | Saúde | Assistência Social | Previdência Social | Seguridade Social |
|-----------|----------------------------|--------|--------------------|--------------------|-------------------|
| 2003 | 383,09 | 27,17 | 8,42 | 145,48 | 181,07 |
| 2004 | 364,42 | 32,97 | 13,86 | 165,51 | 212,35 |
| 2005 | 499,86 | 36,48 | 15,81 | 188,51 | 240,79 |
| 2006 | 376,85 | 39,74 | 21,55 | 212,49 | 273,78 |
| 2007 | 374,85 | 39,43 | 24,65 | 233,21 | 297,29 |
| 2008 | 277,76 | 43,63 | 28,66 | 257,06 | 329,35 |
| 2009 | 265,64 | 48,68 | 33,11 | 289,60 | 371,39 |
| 2010 | 373,44 | 54,54 | 38,78 | 325,15 | 418,47 |
| 2011 | 479,37 | 62,62 | 45,10 | 358,53 | 466,25 |
| 2003-2011 | 3.395,19 | 385,28 | 229,93 | 2.175,53 | 2.790,73 |

FONTE: Elaboração Própria dados SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Apesar do avanço orçamentário demonstrado nos dados levantados, a assistência social ainda possui um menor valor orçamentário em comparação com as demais políticas de seguridade social, além de sua composição orçamentária possibilitar uma redução da perspectiva de assistência social, em que esta fica restringida na perspectiva da focalização e transferência de renda, devido ao caráter residual no financiamento de serviços socioassistenciais. Assiste-se, portanto, na Assistência Social aos programas de transferência de renda se tornarem o “quase tudo” do combate a pobreza no Brasil em detrimento da oferta dos serviços socioassistenciais, bem como uma menor dinâmica de oferta dos serviços universais.

Outro importante viés de interpretação apontam a queda do desemprego e o crescimento real do salário mínimo como elementos que corroboraram a diminuição da desigualdade e pobreza. No entanto, apesar da queda do desemprego e aumento do salário mínimo, a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro tem uma fluidez e informalidade significativas, além de apresentar em seu interior, heterogeneidades que reproduzem os níveis de desigualdade. Como forma de exemplo, de acordo com levantamento realizado pela CEPAL citada por Boschetti (2012, p.49) “(...) os setores compostos por atividades de exportação de empresas de grande escala operativa geram 66,9% do PIB e somente 19,8% do emprego formal”

Outro elemento que tenciona a perspectiva apontada como do novo desenvolvimentismo em seu caráter pretensamente pós-neoliberal se encontra no fato da retirada de recursos da seguridade social para serem usados primordialmente na garantia de pagamentos de juros da dívida, haja vista, que visualizamos na tabela 5 uma desvinculação de receitas da ordem de dezenas de bilhões de reais anuais, que significa aproximadamente 10 a 12% do orçamento executado da seguridade social e valores próximos ao orçado anualmente para a assistência Social.

Neste ponto, visualizamos o caráter vinculado ao modelo neoliberal de proteção social e enfrentamento da pobreza operado no Brasil, que retira sistematicamente recursos oriundos do orçamento

destinados a proteção social para inserir no computo geral de pagamentos ao capital financeiros e credores das dividas do Estado.

Verifica-se, portanto, ao analisar de maneira mais geral os dados levantados, que apesar dos avanços em redução específica da extrema pobreza, que a maior parte do orçamento federal é destinado a manter os parâmetros expostos no chamado Consenso de Washington: equilíbrio fiscal, manutenção de superávit primário e pagamento de compromisso de dívida com o capital financeiro. Todos estes compromissos foram de maneira geral cumpridos em detrimento de uma ampliação dos serviços e da política social com viés universal restando as ações focalizadas de combate à pobreza extrema como mecanismo de garantir algum nível de consenso social.

Neste sentido, quando analisamos mais detidamente a dinâmica dos gastos em comparação com o montante orçamentário destinado ao pagamento de dívida pública via Desvinculação das Receitas da União – DRU para uso livre do governo federal que invariavelmente tem sido usada para pagamentos de juros e dívidas – verificamos que este expediente tem garantido a convivência danosa e conflitante entre gastos sociais e pagamento de juros.

Tabela 4 Recursos desvinculados pela DRU da Seguridade Social em Bilhões de Reais

| ANO | Recursos Desvinculados | Orçamento seguridade | Percentual desvinculado em relação orçamento da seguridade |
|------------|-------------------------------|-----------------------------|---|
| 2002 | 10,3 | nd | nd |
| 2003 | 7,2 | 181,07 | 3,97 |
| 2004 | 27,7 | 212,35 | 13,04 |
| 2005 | 33,82 | 240,79 | 14,04 |
| 2006 | 34,17 | 273,78 | 12,48 |
| 2007 | 38,90 | 297,29 | 13,08 |
| 2008 | 39,57 | 329,35 | 12,02 |
| 2009 | 39,17 | 371,39 | 10,54 |
| 2010 | 46,55 | 418,47 | 11,13 |
| 2011 | nd | 466,25 | nd |

Fonte: STN in Dias (2011) Anfip (2015)

Neste sentido, embora alguns destaquem a política social brasileira como pós-neoliberal e/ou neodesenvolvimentista, esta se mantém alinhada aos parâmetros ditados pelo consenso neoliberal, em que se privilegia a focalização das medidas sociais naqueles que comprovadamente demonstrarem pobreza via falta de renda, bem como ações que mitigam minimamente as situações de pobreza no plano imediato, sem, no entanto, modificar de maneira significativa a estrutura geradora da pobreza e da desigualdade social e da fonte de concentração de riquezas.

No âmbito do projeto do novo desenvolvimentismo, além da disputa distributiva básica entre regulação econômica e livre mercado, lança-se uma segunda ordem de disputa que coloca a remuneração

aos detentores de dívida pública de um lado e a necessidade de investimentos sociais por parte dos Estados nacionais de outro, o que tende a encurtar as possibilidades de conciliação e ganhos para a classe trabalhadora em virtude da magnitude das influências das finanças nas agendas governamentais.

Nesta disputa, o bloco de poder hegemonizado pela fração do capitalismo rentista, através da ocupação de espaços estratégicos na definição da política econômica, direciona fluxo considerável do PIB aos setores credores da dívida pública através de pagamento de juros. Neste sentido, a articulação do funcionamento do Estado brasileiro se constitui no sentido de se garantir o atendimento dos interesses dos credores internacionais e dos investidores em títulos de dívida. Tal dinâmica acaba interditando as possibilidades de configuração mais ampliada de um projeto de desenvolvimento com alguma soberania nacional.

Para garantir tal dinâmica na repartição do fundo público, faz-se necessário durante o período auto proclamado de neodesenvolvimentista, a adoção de movimentos aparentemente dúbios, mas que entregavam a verdadeira vinculação deste projeto ao revisionismo neoliberal, uma vez que empreendeu-se “(...) a adoção de um receituário macroeconômico agressivamente voltado para o benefício da riqueza financeira, baseado na austeridade fiscal e em taxas reais de juros absurdamente elevadas, frequentemente as campeãs do mundo”(PAULANI, 2017, p. 145).

Diante desta eminente contradição de projeto e ação dos governos neodesenvolvimentistas, e em virtude da crise de sustentação do projeto do novo desenvolvimentismo desde as eleições de 2014, percebe-se que ao início do seu segundo mandato, a Presidenta Dilma Rousseff apontou para a concessão de medidas econômicas mais restritivas e em direção ao panorama neoliberal mais ortodoxo, com o objetivo de (re)conciliar-se com a agenda do mercado financeiro. Desta maneira, nos parece cada vez mais exato o fato da incontornabilidade do sistema sociometabólico do capital (Meszaros, 2011), cuja controlabilidade foi a aposta dos autores do novo desenvolvimentismo, em que se daria prioridade ao capital produtivo em detrimento do seu viés rentista.

Não obstante, os limites da política econômica do novo desenvolvimentismo são cada vez mais evidentes se olhados em uma perspectiva crítica, uma vez que se torna improvável a manutenção, mesmo de medidas tímidas como as do novo desenvolvimentismo, de algum ganho se quer absoluto à classe trabalhadora quando o capital reivindica ser necessário aprofundar ou recompor suas taxas de lucro.

Neste sentido, ainda que fosse realmente um projeto articulado de desenvolvimento, o novo desenvolvimentismo apresentaria limites inerentes a dinâmica societária sob as relações sociais capitalistas, uma vez que, em seu cerne mantém os pressupostos do pensamento neoliberal revisionado e adequado a uma realidade de rechaço social às medidas mais ortodoxas propostas inicialmente pelos neoliberais.

Nesta perspectiva de análise, visualiza-se a liberdade do Estado Nacional e de suas instituições em implementar agendas vinculadas ao processo de produção, bem como medidas duradouras que resultem em melhorias sociais e econômicas para a maioria da população se encontra bastante limitada se respeitados os limites institucionais prescritos pelos reguladores internacionais, que tem imposto de maneira cada vez

mais dominante uma agenda de restrição dos direitos sociais.

Assim, parece restar ao Estado – hegemonicamente controlado pelo capital financeiro – administrar através de medidas mitigadoras, as iminentes consequências sociais da adoção de uma agenda vinculada ao atendimento cada vez mais autônomo dos interesses do capital fictício em relação aos interesses produtivos em si.

Neste quadro de hegemonia da finança mundializada, Chesnais (2002) aponta o avanço da redistribuição da renda nacional aos detentores de títulos da dívida do Estado, a redução paulatina e intermitente das despesas e do investimento público, como resultado da queda de arrecadação em função da diminuição do consumo interno, e a redução e/ou isenção de impostos sobre setor de capital e rendimentos oriundos de aplicações financeiras.

Não obstante, nota-se que o neodesenvolvimentismo caracteriza, com base nos dados avaliados, em uma versão atenuada dos preceitos neoliberais, cuja virtualidade é demonstrada na manutenção de algum nível de intervenção social mitigadora dos efeitos da economia neoliberal, na qual

A supervalorização dos fatos considerados positivos e a pura e simples desconsideração dos aspectos negativos da realidade alimentam a mitologia de que a economia brasileira estaria passando por um ciclo endógeno de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional. (SAMPAIO JR, 2012, p. 681)

Neste sentido, apesar de supor um conflito entre os segmentos e frações de classe assiste-se a uma dinâmica cada vez mais sistêmica de articulação entre o capitalismo rentista e o produtivo com hegemonia do primeiro⁸.

Da mesma forma destaca que, apesar das argumentações que apresentam a estratégia de desenvolvimento do governo brasileiro nos governos de Lula e Dilma como pós-neoliberais, suas ações apontam para a manutenção das linhas gerais disseminadas por organismos multilaterais que advogam as premissas neoliberais de descentralização, focalização e seletividade.

Desta maneira, destaca-se que a *descentralização* tem se operado via transferência de responsabilidades aos entes governamentais e não governamentais na esfera municipal ou territorial no enfrentamento da pobreza, sendo esta caracterizada de uma forma descontextualizada dos limites de seu enfrentamento sob o capitalismo financeirizado.

A suposta gestão social da pobreza na estratégia neodesenvolvimentista parece acreditar ser possível

⁸ Sobre o caráter hegemônico das finanças no Brasil, desde o último quartel do século XX Paulani (2017) sustenta que “Alguns poucos dados e indicadores mostram a força do processo de financeirização da economia brasileira, bem como de seu traço distintivo, a permanência de elevadíssimas taxas reais de juros. O primeiro diz respeito ao indicador (M4 - M1)/PIB, que mais do que dobrou em menos de 20 anos, passando de 0,3 em 1995 para 0,8 em 2014. O segundo trata da relação entre a riqueza financeira (depósitos bancários, títulos de dívida privados e públicos, ações e debêntures)²¹ e o PIB, que passa de 0,8 em 1994, para 2,1 em 2010.²² O terceiro fala da relação entre o estoque de ativos financeiros (tal como já definido) e o estoque de ativos reais (máquinas, equipamentos, construção civil etc. empregados na produção de bens e serviços): os dados mostram que, enquanto o valor do primeiro multiplicou-se por 7,7 entre 1991 e 2009, o valor do segundo multiplicou-se por apenas 1,4 no mesmo período (BRUNO; CAFFÉ, 2015, p. 52). A explosão da riqueza financeira frente ao tímido crescimento da riqueza real encontra boa parte de sua explicação na evolução da taxa SELIC, que permitiu uma acumulação de ativos de 6,5 vezes no período em questão (ibidem)”. (PAULANI, 2017, p.145)

mitiga-la indefinidamente, deixando-a sob controle, da mesma forma como os social-democratas acreditaram ser possível controlar as forças do capital garantindo um capitalismo mais humano e com justiça social⁹.

Considerações Finais

No decorrer deste artigo buscou-se confrontar o seu objetivo que era analisar a estratégia de enfrentamento da pobreza e desigualdade social nos governos federais sob o Partido dos Trabalhadores 2003-2014 com os dados sobre o processo de redução da pobreza neste período.

A escolha deste tema e do objetivo geral a ser alcançado tinha como desafio aprofundar o debate crítico sobre a experiência de combate e enfrentamento de situações de pobreza, consideradas por alguns intelectuais de esquerda como uma agenda pós-neoliberal, sobretudo nos governos do PT.

Abordar este tema sob a perspectiva crítica necessitou colocá-lo em novos prismas de investigação, que superassem tanto a aparente infalibilidade da política de combate e enfrentamento da pobreza neste período, quanto avançasse em relação à crítica simplificadora que invisibiliza os avanços contidos nesta experiência, que apesar de seus limites, se fizeram sentir no cotidiano da vida das pessoas, e diferenciam de maneira significativa esta experiência, das medidas dos governos FHC e por último do governo Temer, desde o golpe institucional de 2016.

A partir de uma abordagem mais ampla de investigação este objetivo se coloca na relação entre esquemas de combate à pobreza e o discurso liberal de seu enfrentamento dentro da ordem capitalista, que impossibilita o aprofundamento destas medidas em direção aos fundamentos da pobreza em nossa sociedade desde sua entrada no capitalismo. Tal dimensão exigiu a análise de categorias como pobreza e seu enfrentamento nas perspectivas teóricas liberais, sejam elas ortodoxas ou heterodoxas, assim como o exame de massa de dados sobre o enfrentamento da pobreza, em especial na sociedade brasileira desde sua marcha de industrialização e consolidação do capitalismo no país.

Ao realizar o levantamento da massa crítica sobre a pobreza e seu enfrentamento na sociedade capitalista, nota-se que este enfrentamento se circunscreve aos limites individuais da pobreza, e a forma de sua intervenção se direciona às dinâmicas naturalizadoras e culpabilizadoras da pobreza e dos pobres, que são identificados e abordados pelo suposto déficit pessoal que os pobres têm em relação ao seu nível de adequação ao modo de produção capitalista. Sob tal constatação, foi necessário apontar os limites destas perspectivas liberais sob o capitalismo tendo em vista sua superficialidade contrastada com o caráter estrutural da pobreza no modo de produção capitalista.

Logrou-se compreender os fundamentos teóricos que sustentam a estratégia de enfrentamento da

⁹ Como nos mostra Meszáros (2011, p.98) “a medida que as determinações objetivas da ordem metabólica global do capital se afirmavam no curso da história, mais evidentemente a noção do “capitalista solícito” encarregado dos processos econômicos mostrava ser uma simples fantasia dos líderes social-democratas”.

pobreza nos governos federais sob o Partido dos Trabalhadores 2003-2014, neste sentido, em relação ao denominado projeto neodesenvolvimentista dos governos petistas. Ao analisar os pressupostos e resultados da perspectiva novo desenvolvimentista para combate à pobreza notou-se que esta se manteve alinhada macroeconomicamente com as diretrizes fiscais neoliberais do chamado Consenso de Washington, em que se destacam medidas tais como contingenciamento de recursos para pagamentos de dívida pública via DRU, atendimento a metas de superávits primários com o objetivo de garantir o respaldo internacional ao país sob os olhos dos capitais especulativos.

Do mesmo modo, nota-se que as medidas sociais se mantinham alinhadas ao receituário neoliberal reformulado desde os anos 2000, que apesar deste alinhamento mais geral possibilitou ganhos imediatos aos segmentos mais empobrecidos da sociedade brasileira, haja vista que: a) as estratégias de combate à pobreza vinculadas à renda se alinhavam estritamente, não só ao proposto como parâmetro pelos organismos internacionais e de seus ideólogos, como a maneira de operacionalizar o combate a pobreza que assume caráter central, b) as transferências de renda com condicionalidade em detrimento de um não crescimento nas mesmas proporções de investimentos em políticas sociais universais e desmercadorizantes, como por exemplo os gastos com previdência social e saúde durante estes governos.

Em uma análise comparada, o Brasil manteve-se em linha com os desdobramentos da pobreza na América Latina em geral, não sendo apresentado um resultado extraordinário no combate a pobreza em relação a estes países. No que se refere à estrutura da desigualdade interna brasileira, a estratégia do novo desenvolvimentista não conseguiu avançar na sua redução, uma vez que passa ao largo de questões estruturais que fundamentam a enraizada desigualdade social brasileira.

Assim, os principais resultados da estratégia de enfrentamento da pobreza no período analisado, se consolidam em um padrão de combate à pobreza sob o novo desenvolvimentismo que denominamos de *distribuição horizontal de renda*.

A distribuição horizontal da renda se dinamiza através da distribuição via fundo público de recursos oriundos de receitas fiscais que se concentram primordialmente sobre os rendimentos do trabalho, ou seja, a partir de uma estrutura altamente regressiva de tributação, que proporcionalmente incide muito fortemente sobre a renda do trabalho e consumo, e menos sobre fontes de renda oriundas de lucros e dividendos de capitais especulativos.

Tais processos garantem uma maior aproximação de renda entre os extratos mais pobres e os trabalhadores formalizados, e uma maior distância entre estes e as pessoas que se encontram no topo da pirâmide da distribuição de renda, uma vez não se fundam na tributação de rendimentos especulativos.

Neste trabalho reforça-se a afirmativa de que a Lei Geral da Acumulação Capitalista analisada por Marx no capítulo XXIII de O Capital não pode ser interdita por mecanismos de controle e cooperação nas relações entre capital e trabalho. Alguns momentos de ganhos parciais são possíveis, mas não podem se ampliar além do ponto em que coloque qualquer obstáculo ao funcionamento do capital. Neste sentido, ao operacionalizar políticas sociais de combate à pobreza sob o viés liberal de inclusão via mercado, ao invés

de fomentar alianças progressistas para a ampliação de direitos sociais, reforçou o individualismo da figura do cidadão consumidor.

Referências

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.
- ANFIP **Análise da seguridade social 2014**. Brasília:ANFIP, 2015.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. *In*: SADER, E. (Org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo; Boitempo, 2013.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Econ. soc.**, Campinas, v. 21, n. spe, p. 779-810, Dec. 2012
- BOSCHETTI, I. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? *In*: SALVADOR, E. et. al (orgs). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRASIL, Secretaria de Política Econômica, **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira**. SPE: Brasília: 2016.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília, DF: Assessoria Econômica, MP, 2013
- CASTELO BRANCO, Rodrigo O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano **OIKOS** Rio de Janeiro Volume 8, n. 1 2009
- CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações *In*: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.
- DIAS, Fernando Alvares C. **Desvinculação de Receitas da União ainda é necessária?** Texto para discussão 103 Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal. Brasília 2011. Acessado em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-103-desvinculacao-de-receitas-da-uniao-ainda-necessaria>
tps://www.researchgate.net/publication/255583959_The_Welfare_State_and_Redistribution
- GONÇALVES, R. Redução da desigualdade da renda no governo Lula: análise comparativa. *In*: SALVADOR, E. et. al (orgs). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, vol 5, 2002.
- IPEA, **Comunicado N 155**. Brasília, 2012.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; CASTRO, Fábio Ávila de. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 4, p.971-986, Apr. 2015.
- MESZAROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOLLO, M de L R.. & AMADO, A. M. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *In*:

Economia e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 1-28, abr. 2015.

MONTANO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, Jun. 2012.

MORA, M. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010 **Texto para discussão nº 2022** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : IPEA, 2015.

MOTA, Ana E. **desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012b.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

OREIRO, J. L. da C. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica *In: estudos avançados*, São Paulo, V. 26 n. 75, 2012.

PAULANI, M. L. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: neodesenvolvimentismo? *In: cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, pp. 135-155, jan.-jun. 2017

PINTO, E. C. & BALANCO, P. estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica *In: Revista de Economia Política*, vol. 34, nº 1 (134), pp. 39-60, janeiro-março/2014.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. *In: SADER, E. (Org). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo; Boitempo, 2013.

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula *In: SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011

ROCHA, S. **Transferências de Renda: o fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SABÓIA, J & NETO, M. Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil a partir dos Anos 2000. **Texto para discussão 002/2016**. IE/UFRJ, 2016.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2010.

SAMPAIOJR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012

SILVA, Giselle Souza da. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais *In: SALVADOR, Evilasio. et al (Orgs). Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, L. T. R. Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. *In: SADER, E. El ajuste estructural en América Latina. Costos sociales y alternativas*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.